

**Despacho n.º 8563/2012**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo a licenciada Maria Isabel da Silva Castelão Ferreira da Silva para o cargo de subinspetora-geral de finanças da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) do Ministério das Finanças, em regime de substituição, cujo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho, evidencia o perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 24 de abril de 2012.

20 de junho de 2012. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*.

## ANEXO

**Síntese curricular**

Nome: Maria Isabel da Silva Castelão Ferreira da Silva.

Data de nascimento: 9 de março de 1954.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Finanças pelo ex-Instituto Superior de Economia (atal ISEG) concluída em 1976 com a média de 15 valores;

Curso de inglês do Instituto Britânico, concluído em dezembro de 1976, tendo obtido o grau de Proficiency in English com a classificação de *Bom*;

Curso de Gestão Avançada em Gestão Pública efetuado em 2006.

Situação profissional: inspetora na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), por nomeação definitiva, desde 1 de fevereiro de 1980.

Funções atuais:

Subinspetora-geral de finanças em comissão de serviço desde maio de 1997, com funções de orientação de projetos no âmbito do controlo do sector empresarial e de orientação dos projetos relacionados com a avaliação do cumprimento da legislação que regula os recursos humanos da Administração Pública;

Desde 2007 é também responsável pela orientação dos trabalhos da Direção dos Serviços Administrativos da IGF.

Funções anteriores:

Inspetora de finanças-chefe na IGF de 1989 a 1995;

Inspetora na carreira de inspeção da IGF desde 1980, tendo realizado trabalhos na área do controlo empresarial e do controlo do sector público.

Outras funções/atividades profissionais:

Integra a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), em representação da IGF, desde 2003;

Foi eleita Presidente da Comissão Executiva da CNC, pelos membros do Conselho Geral para o período de 2005-2008 e reeleita em 2008, tendo-se mantido nessas funções até junho de 2009, data da alteração dos estatutos da CNC, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 160/2009, de 13 de julho;

Atualmente exerce as funções de Vice-Presidente da CNC, cargo para que foi nomeada em maio de 2010, sob proposta do Presidente da CNC, ouvido o Conselho Geral;

Integrou a Comissão de Acompanhamento da Consulta Pública sobre o Sistema de Normalização Contabilística criada por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, bem como o grupo de trabalho para a criação de normas para as entidades do sector não lucrativo;

Desde setembro de 2010 é membro, em representação de Portugal, do Grupo Intergovernamental de peritos em Normas internacionais de Contabilidade e Relato (ISAR) da ONU;

Integra o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, em representação da IGF, desde a sua criação em 2008;

Foi membro do Comité de Auditoria do Banco Europeu de Desenvolvimento do Conselho da Europa, em representação de Portugal, no período de 2001 a 2005;

Integrou uma comissão nomeada por despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para determinação do património das Bolsas e da Interbolsa a transferir para o Estado e para as sociedades anónimas a criar, por transformação daquelas entidades;

Entre 1995 e 1997 foi vogal do Conselho de Administração de uma empresa pública;

Exerceu funções de docência da cadeira de Contabilidade Geral nos anos letivos de 1993-1994 e 1994-1995 numa escola privada, em regime de acumulação;

De outubro de 1979 até janeiro de 1980 foi técnica da ex-Direção-Geral das Contribuições e Impostos e de 1977 a 1979 professora de inglês numa escola militar.

206198553

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

**Aviso (extrato) n.º 8732/2012**

António José Lopes de Melo, Técnico Superior do Mapa de Pessoal do IICT, I. P. por ter cessado o cargo de Vogal do Conselho Diretivo, do IICT, I. P., em regime de substituição, com efeitos desde 02 de maio de 2012.

14 de junho de 2012. — O Presidente, *Jorge Braga de Macedo*.  
206196269

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 8564/2012**

Considerando que a reconfiguração dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português em 2012 conduziu à decisão de retirada do contingente nacional do Líbano;

Considerando o planeamento apresentado pelo Exército para a retração da Força de Engenharia, FND, em missão na UNIFIL;

Considerando que face à determinação superior para retrair a FND/UNIFIL até ao final do 1.º semestre de 2012, o Exército iniciou o planeamento da retração da Força de Engenharia em missão na UNIFIL;

Considerando que tendo em vista minimizar os custos inerentes à retração de materiais para o TN, nomeadamente com o transporte das infraestruturas CORIMEC, o Exército decidiu colocar à venda as instalações de UBIQUE Camp, tendo para o efeito sido elaborada uma «Letter of Intent» (LoI), expressando o interesse de Portugal em disponibilizar o campo a outro TCC, eventualmente interessado naquelas instalações, através de um acordo de venda;

Considerando que por contactos informais junto da UnEng11/FND/UNIFIL, foi manifestado o interesse da UNIFIL em alguns dos equipamentos e infraestruturas constantes das listagens destes materiais, que o Exército Português teria referenciado para venda a outro TCC ou para alienar no TO através de venda como sucata, solicitando que o mesmo lhes fosse doado, uma vez que não têm disponibilidade para a respetiva aquisição;

Considerando, ainda, que a maioria destas instalações é constituída por prefabricados ou construções em alvenaria que não são amovíveis e apenas poderiam ser consideradas fonte de receita para o Exército, do ponto de vista financeiro, caso existissem outros TCC interessados nas instalações militares de Ubique Camp, o que não se verificou;

Face ao exposto, e por proposta de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), determino:

1) O envio às NU, através da Missão Permanente de Portugal junto das NU, da Letter of Intent (LoI), e respetivos anexos;

2) Dar conhecimento à UNIFIL, através da UnEng11/FND/UNIFIL, da intenção de doar as instalações de Ubique Camp à UNIFIL, com exceção dos blocos de alojamentos (CORIMECS);

3) Delegar em S. Ex.ª o General CEME Artur Pina Monteiro, com faculdade de subdelegação, as competências necessárias para a prática dos atos referidos nos pontos 1) e 2), nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e pela Lei n.º 30/2008, de 10 de julho.

14 de junho de 2012. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

206197176

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 8565/2012**

Considerando que:

1) Todos os trabalhadores que integravam em 2011 o mapa de pessoal do Governo Civil do Distrito de Coimbra foram reafetos a outros serviços ou organismos do Ministério da Administração Interna, em cumprimento